

Ulysses é contrário à ESTADO DE SÃO PAULO

- 8 NOV 1985

interrupção do recesso

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, continua contrário à iniciativa parlamentar de convocação extraordinária do Congresso, de 5 de janeiro a 5 de fevereiro. Também o líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, não vê necessidade de se interromper o recesso parlamentar: "O que não aprovarmos agora no esforço concentrado, deixaremos para votar a partir de março". Na sua opinião, não haverá dificuldades para aprovar, em segundo turno, a convocação da Constituinte e a reforma tributária de emergência; quanto às prerrogativas de parlamentares, frisou, podem ser votadas no ano que vem.

O vice-líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), que se associou ao deputado alagoano Albérico Cordeiro (sem partido) no trabalho de busca de apoio à formalização do requerimento de convocação extraordinária do Congresso, procurou ontem Ulysses na tentativa de o convencer da conveniência da medida. Ulysses manteve sua posição contrária, "em princípio", mas deixou para dar uma resposta definitiva até dia 14.

Para promover a convocação ex-

traordinária do Congresso, o requerimento do deputado Albérico Cordeiro terá de receber o apoio de dois Casas — 320 deputados e 46 senadores — o que parece extremamente difícil. Nesse caso, a convocação seria automática e cada parlamentar teria direito a ajuda de custo, dividida em duas parcelas — no início e no final do período extraordinário. A anunciada proposta de dispensa da ajuda de custo não tem amparo regimental nem constitucional. Outra forma de convocação poderia partir da iniciativa do presidente da República, mas até agora o Palácio do Planalto não se manifestou.

Amaral Netto considera a convocação indispensável "para impedir a delegação legislativa ou a edição de decretos-leis do Executivo, sobre reformas financeiras, como o anunciado pacote econômico". Para ele, é necessário também que em março, no início da próxima legislatura, a Câmara possa atuar com novo regimento interno, cuja mudança seria feita no período da convocação extraordinária.

Já Albérico Cordeiro defende a convocação para que seja votada, entre outras matérias, a emenda que restabelece as prerrogativas do Congresso.